

Iniciamos este editorial alertando para a recente mobilização do Ministério da Educação (MEC) em torno de uma possível redefinição da política curricular nacional. Apesar do cenário político indefinido, consideramos importante registrar a preocupação da *RBE* diante da possibilidade de o MEC propor uma Base Nacional Comum, estabelecendo um currículo mínimo e estreitamente vinculado aos sistemas de avaliação em curso. Reforçamos, portanto, a necessidade de uma política curricular nacional construída sobre bases democráticas com ampla participação da comunidade acadêmica e educacional e que considere a diversidade cultural, social, econômica, educacional e política do país, como forma de garantir que as desigualdades educacionais não se aprofundem.

Tendo como horizonte as políticas públicas, este número 60 da *RBE* reflete a amplitude e a complexidade das pesquisas educacionais contemporâneas em artigos que discutem as políticas educacionais no Brasil, nos Estados Unidos e em Portugal. Os artigos revelam a atualidade e a pertinência de estudos que discutem a respeito de políticas educacionais, apontando seus fundamentos e implicações para a qualidade do ensino, particularmente da rede pública. Os autores lançam um olhar crítico sobre a expansão e a internacionalização da educação superior, articulando-as ao processo de privatização em curso nesse nível de ensino. Outras questões candentes da cena educacional são igualmente abordadas em artigos que se voltam para o ensino médio, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, a escola inclusiva e a transdisciplinaridade.

No primeiro artigo, “Privatização da educação: experiências dos Estados Unidos e outros países”, Steven J. Klees e D. Brent Edwards Jr. analisam propostas de privatização da educação nos Estados Unidos e mostram de que maneira os modelos neoliberais privatistas estão vinculados a discursos conservadores que, ancorados em dados pouco confiáveis, mas com forte apelo midiático, visam desacreditar a qualidade da educação pública naquele país.

Ainda sobre o tema da privatização, no artigo “Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010”, Deise Mancebo, Andréa Araujo do Vale e Tânia

Barbosa Martins expõem o panorama da privatização da educação superior no Brasil, promovido pelo governo federal desde os anos 1990. Analisam-se o crescimento e os rumos da privatização, esta associada aos interesses empresariais e à mercantilização do conhecimento científico e tecnológico produzido nas universidades.

Com foco na expansão da educação superior no Brasil, no artigo “A política pública de expansão para a educação superior entre 1995 e 2010: uma abordagem neoinstitucionalista histórica”, Cristina Helena Almeida de Carvalho traz para o centro das análises o papel histórico-político das instituições e de seus atores, destacando o poder de intervenção das instituições educacionais e de seus atores nas políticas adotadas e a possibilidade de provocarem inflexões ou rupturas na agenda dominante.

O artigo de Emília Rodrigues Araújo e Sílvia Silva, “Temos de fazer um cavalo de Troia: elementos para compreender a internacionalização da investigação e do ensino superior”, também traz como temática discussões sobre o ensino superior. O texto apresenta uma pesquisa realizada com gestores de universidades e visa problematizar a variedade de sentidos por eles atribuídos à internacionalização do ensino superior em Portugal e, em decorrência, as estratégias adotadas para promover políticas suscetíveis de melhorar a qualidade da educação superior.

O artigo “Instituições de ensino superior públicas em Portugal: sua administração sob as premissas da *New Public Management* e da crise econômica global”, de Miguel Lira, Miguel Gonçalves e Maria da Conceição da Costa Marques, fecha o conjunto de textos que analisam as repercussões das políticas neoliberais sobre a educação. Com foco no contexto português, os autores fazem uma revisão da literatura sobre o cenário da administração das instituições públicas de ensino superior e analisam o impacto da introdução da *New Public Management*, adotada para imprimir maior eficiência das instituições diante da austeridade orçamentária decorrente da crise econômica no país, com efeitos danosos para o ensino superior público em Portugal.

Paolo Nosella, no artigo “Ensino médio: unitário ou multiforme?”, renova o debate sobre o lugar do ensino médio, hoje, no Brasil. O autor defende que esse nível de ensino detém uma posição pedagógica crucial no percurso formativo dos indivíduos, não podendo, portanto, ser reduzido unicamente a um elo entre os ensinos fundamental e superior. Apoiado nas ideias de Gramsci, sustenta a exigência de uma ampla reforma e sua valorização no país.

No artigo “Alfabetização de jovens e adultos: qual autoestima?”, Maria Lúcia Ferreira de Figueirêdo Barbosa apresenta uma pesquisa sobre autoestima realizada com estudantes em processo de alfabetização e docentes da educação de jovens e adultos. Os resultados revelam que o tema é visto de diferentes maneiras pelos participantes e evidenciam a necessidade de aprofundar o debate, tendo em vista as implicações da autoestima no *êthos* dos alfabetizandos.

O artigo de Alessandra Santana Soares e Barros, “Quarenta anos retratando a deficiência: enquadres e enfoques da literatura infantojuvenil brasileira”, apresenta uma pesquisa que reuniu 150 livros infantis, publicados nos últimos quarenta anos no Brasil, que focalizam a deficiência. A autora aponta mudanças no perfil dos autores. Se nos anos 1970 e 1980 eles eram escritos predominante por autores profissionais,

ideologicamente mais autônomos, nas duas últimas décadas os escritores são predominante iniciantes, e seus livros priorizam mensagens moralizadoras e informações técnicas a respeito da deficiência abordada. Dessa mudança resulta certo empobrecimento das dimensões estética e lúdica das obras literárias, além de problemas conceituais que comprometem sua qualidade.

Com o objetivo de discutir a transdisciplinaridade no currículo do ensino básico, Elisabete Cruz e Fernando Albuquerque Costa apresentam, em “Formas e manifestações da transdisciplinaridade na produção científico-acadêmica em Portugal”, pesquisa sobre a produção científica portuguesa entre 1999 e 2009. Além de variada gama de definições e vertentes a respeito do tema, demonstram que a transdisciplinaridade não recebe ainda um reconhecimento significativo na produção analisada.

O último artigo, intitulado “O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil: brincadeiras diferentes”, de Vanessa Ferraz Almeida Neves, Maria Lúcia Castanheira e Maria Cristina Soares Gouvêa, examina o lugar do letramento e da alfabetização na educação infantil. Segundo as autoras, o ensino fundamental de nove anos contribuiu para intensificar tais atividades, geralmente entendidas como opostas às atividades lúdicas na educação infantil. As autoras discutem possibilidades de integração entre tais atividades de modo que equilibrem a importância do letramento e da alfabetização no início da escolarização.

Na seção Espaço Aberto, Murilo Mariano Vilaça discute um tema de grande preocupação para todas as áreas e campos de conhecimento: as más condutas científicas. Em seu texto, “Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema”, o autor destaca que o plágio, a falsificação e a fabricação de dados formam a “tríade maligna” da má conduta que fere os princípios ético-científicos. Problematisa a influência do produtivismo nesse fenômeno crescente e aponta o papel fundamental das agências científicas como forma de estimular as boas condutas no universo acadêmico, ultrapassando o mero policiamento.

Finalizando este número da *RBE*, Maria Célia Borges e Claudenir Módolo Alves retomam o tema do ensino superior na resenha do livro de Regis de Moraes, *Um abominável mundo novo? O ensino superior atual* (Paulus, 2011). Os autores enfatizam que, nessa obra, Regis de Moraes discute os desequilíbrios socioculturais que desestabilizam a educação em geral e, em particular, o ensino superior, ressaltando o domínio do valor do lucro e dos prazeres imediatos, que comprometem a qualidade das relações pessoais e profissionais. O livro provoca reflexões que se situam na contramão dessa tendência dominante a favor de uma educação com maior qualidade humana.

Desejamos a todos e todas uma leitura agradável e inspiradora.

A Comissão Editorial
Rio de Janeiro, janeiro de 2015.